

Professor: Webster Pinheiro				
01	02	03	04	05
B	B	C	D	D
06	07	08	09	10
E	B	E	C	A

01. A afirmativa (A) está incorreta, pois o Ato de Navegação estabelecia regras para as mercadorias comercializadas com a Inglaterra. A afirmativa (C) está incorreta, pois o enfrentamento militar foi com a Holanda, e não com a França. A afirmativa (D) está incorreta, pois o Ato de Navegação promoveu a abertura de mercados aos produtos manufaturados ingleses. A afirmativa (E) está incorreta, pois estimulava e não dificultava a exportação dos manufaturados ingleses.
02. A Declaração dos Direitos ou “Bill of Rights” foi um documento produzido com o desfecho da Revolução Gloriosa, que eliminou o absolutismo da Inglaterra e fortaleceu o papel do Parlamento enquanto instituição de governo no país.
03. A influência da teoria do Contrato Direito Civil de John Locke foi o referencial para a derrubada do direito divino dos reis na Inglaterra do século XVII.
04. A política e a sociedade inglesa sempre exigiram dos reis direitos que desde a Baixa Idade Média restringiam seus poderes. Exemplo dessa situação foi a promulgação da Magna Carta no século XIII.
05. No século XVIII, os intelectuais iluministas se organizaram a fim de lutar por liberdade econômica e intelectual, e para pôr fim ao Antigo Regime que vigorava na Europa. Os iluministas se opunham ao absolutismo monárquico, ao mercantilismo e ao poder da Igreja, que defendia a fé em detrimento da razão. Portanto, defendiam que o governante nada mais seria que o representante legítimo da vontade coletiva, e não uma figura imbuída de “direito divino”.
06. A noção de privilégio, típica do caráter estamental da sociedade, promovia a desigualdade de oportunidades legalmente referendadas. Para os expoentes da ilustração, a afirmação de que todos devem ser iguais em face da lei se impunha como transformação essencial à destruição dos privilégios e à superação do caráter estamental da sociedade existente, garantindo-se, assim, uma igualdade de oportunidades, em que o acesso a cargos e postos derivaria do talento e do mérito e não do nascimento.
07. Era natural que o pensamento dominante no início da Modernidade ainda se encontrasse marcadamente influenciado pelo dogmatismo católico e, por conseguinte, reacionário às inovações técnicas e tecnológicas, sustentadas no empirismo, ou seja, o conhecimento advém da experiência prática que temos cotidianamente, ou seja, as nossas estruturas cognitivas. Os pensadores racionais, iluministas, passam, então, a valorizar a ciência, elevando-a ao patamar mais elevado na hierarquia das atividades humanas.
08. Oriundo da Escola de Manchester, conhecida também como Escola Clássica, Adam Smith formulou em *A Riqueza das Nações*, publicado em 1776, as ideias iniciais do Liberalismo Econômico, no qual desenvolveu o pensamento econômico dominante na época do capitalismo industrial e liberal. O liberalismo econômico defende a não intervenção do Estado na economia, a livre-concorrência, o câmbio-livre e a propriedade privada, englobando a liberdade para o comércio produzir, fixar preço e controlar a qualidade da produção. O próprio mercado, com sua lei de oferta e procura, ajustaria a demanda e o valor das mercadorias, sem necessidade de interferência estatal. Nesse contexto, os expoentes do liberalismo econômico formularam teorias em defesa do capitalismo, ou dos interesses burgueses, como o individualismo e a competitividade.
09. O economista escocês confrontou as ideias de Quesnay e Gournay, afirmando em seu livro *A Riqueza das Nações* as principais ideias do liberalismo econômico: a prosperidade econômica e a acumulação de riquezas não são concebidas através da atividade rural nem comercial, mas sim através do trabalho livre, sem nenhum agente regulador ou interventor.
10. O fragmento faz referência ao despotismo esclarecido que, no caso de Portugal, se materializou durante o reinado de D. José I (1750-1777), e tendo como seu secretário de governo, o marquês de Pombal. Esse momento foi tão marcante que é comum denominá-lo de Era Pombalina. Para o citado governo português era necessário conter a dependência econômica frente aos britânicos, reforçar o poder do Estado e reorganizar as relações com o Brasil, a principal colônia lusa. Assim, entre outras medidas, houve um estreitamento nas relações coloniais entre Brasil e Portugal, o que gerou um maior controle da metrópole sobre a América portuguesa. Exemplos dessa nova relação são as Companhias de Comércio e a reorganização da política tributária da região das Minas Gerais.